



Branquitude e racismo na universidade: Analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento

*Whiteness and racism at the university:
Analyzing the relationship between care practices and appeasement practices*

*Blanquitud y racismo en la universidad:
Analizando la relación entre prácticas de cuidado y prácticas de apaciguamiento*

Bruna Moraes Battistelli¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Luciana Rodrigues²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Daniela Ferrugem³
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Dossiê

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as práticas de cuidado na universidade a partir de uma análise crítica do binômio racismo-branquitude, já que em muitas circunstâncias o que é oferecido como cuidado são práticas de apaziguamento que visam silenciar e posicionar corpos a partir de uma política racista de cuidado. Para tanto, partimos de três conceitos analisadores sobre a temática proposta: pacto narcísico da branquitude, supremacia branca e branquitude crítica, pelos quais dialogamos com autoras como bell hooks, Maria Aparecida Bento e Lourenço Cardoso. Nesse percurso, trazemos imagens que remetem a experiências em meio a tensões raciais que temos vivenciado, percebendo, também, a dificuldade de falar das mesmas, pois o pacto narcísico da branquitude é algo que estrutura as relações e produz ansiedade, mesmo quando nos propomos pensar sobre o racismo e a branquitude na universidade. Para finalizar, apresentamos nossa experiência com um programa de extensão universitária que tem como mote produzir ações de cuidado antirracista. Um coletivo inspirado em bell hooks (e que leva o nome da autora) e que tem como objetivo produzir espaços de acolhimento, cuidado e escuta através de projetos de mundo amorosos e implicados com o enfrentamento de políticas de opressão.

Palavras-chave: Racismo; Cuidado; Branquitude; Universidade; Feminismo.

¹Psicóloga, especialista em Instituições em Análise (UFRGS), mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS); integrante do Coletivo bell hooks (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0003-0973-0934> Endereço eletrônico: brunabattistelli@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e docente colaboradora do PPGPSI/UFRGS; coordenadora do Coletivo bell hooks (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0003-0061-1402> Endereço eletrônico: lurodrigues.psico@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, bolsista CAPES PROEXT, membra do Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos (PUCRS) e do Coletivo bell hooks (UFRGS). Assistente Social UFRGS. <https://orcid.org/0000-0002-2861-1191> Endereço eletrônico: danielaFerrugem@yahoo.com.br



ABSTRACT

This article aims to discuss the care practices at the university from the racism-whiteness binomial, considering that in many circumstances what is offered as care are appeasement practices that aim to silence and position bodies from of a racist policy of care. For that, we show two essays-analyzers that aim to discuss the proposed theme from three concepts: narcissistic pact of whiteness, white supremacy and critical whiteness; dialoguing with authors such as bell hooks, Lourenço Cardoso and Maria Aparecida Bento. Along the way, we bring images about experiences of racial tensions that we have been experiencing, also realizing the difficulty of talking about them, as the narcissistic pact of whiteness is something that structures relationships and produces anxiety, even when we propose to think about racism and the whiteness at the university. Finally, we present our experience with a university extension program whose objective is to produce anti-racist care actions. The Collective, inspired and named by bell hooks, aims to produce caring, embracing and listening centers for a loving world confronting oppressive policies.

Keywords: Racism; Care; Whiteness; University; Feminism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las prácticas de cuidado en la universidad, considerándolas desde el binomio racismo-blanquitud, considerando que en muchas circunstancias lo que se ofrece como cuidado son prácticas de apaciguamiento que buscan silenciar y posicionar cuerpos desde una política de cuidado racista. Para ello, construimos dos ensayos-analizadores que pretenden discutir el tema propuesto a partir de tres conceptos: pacto narcisista de blancura, supremacía blanca y blancura crítica; dialogando con autores como bell hooks, Lourenço Cardoso y Maria Aparecida Bento. Analizando nuestras vivencias, nos damos cuenta de la dificultad de hablar de ellas, ya que el pacto narcisista de la blancura es algo que estructura las relaciones y produce ansiedad, incluso cuando nos proponemos pensar en el racismo y la blancura en la universidad. Finalmente, presentamos nuestra experiencia con un programa de extensión universitaria cuyo lema es producir acciones asistenciales antirracistas. Un colectivo inspirado en bell hooks (y que lleva el nombre del autor) y que tiene como objetivo generar espacios de acogida, atención y escucha pensando en proyectos de mundo amoroso que se involucran en el enfrentamiento de políticas opresivas.

Palabras clave: Racismo; Cuidado; Blanquitud; Universidad; Feminismo.

Introdução

Na pós-graduação, foi especialmente difícil escolher disciplinas que não fossem ministradas por professores muito racistas. Embora fosse possível resistir nomeando o problema e enfrentando a pessoa, era raro encontrar alguém que levasse a sério tais acusações. A figura dos professores brancos era apoiada por instituições de supremacia branca, por colegas racistas, por hierarquias que punham a palavra do professor acima da do estudante. Quando eu falava para os professores mais solidários sobre os comentários racistas ditos a portas fechadas, durante horários de atendimento ao aluno, havia sempre uma expressão de descrença, surpresa e suspeita sobre o rigor do que eu estava reportando. Normalmente ouviam porque sentiam que era sua obrigação liberal fazer isso. A descrença deles, a recusa em se responsabilizar pelo racismo branco, tornava impossível que mostrassem autêntica preocupação ou ajuda. Um professor de literatura de escritores brancos do século XVIII me convidou para sua sala e me disse que se esforçaria pessoalmente para que eu nunca recebesse um título de pós-graduação (bell hooks, 2019, p. 129).

A autora narra em seus livros inúmeras passagens sobre como os sistemas de opressão operam no ambiente acadêmico, principalmente o racismo estrutural que consolida relações,

formas de produção de conhecimento e posiciona corpos (hooks, 2019) – os desejados para o ambiente universitário e os indesejados, mas tolerados. Desta forma, tendo o pensamento da autora como inspiração, visamos tecer diálogos com Maria Aparecida Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2008; 2010) com o intuito de discutir sobre branquitude no âmbito universitário e as consequentes manifestações do racismo estrutural neste espaço. Ao final, trazemos a narrativa de uma experiência que temos compartilhado como integrantes do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado, um coletivo pensado como enfrentamento aos sistemas de dominação presentes no cotidiano acadêmico.

O fio condutor para esta escrita é o tensionamento de práticas de cuidado que têm atravessado nossas experiências e nossos corpos na universidade (ainda que de diferentes formas, pois somos duas pesquisadoras negras e uma pesquisadora branca), e que compreendemos estar a serviço de uma política de apaziguamento dos conflitos raciais e não na sustentação de uma política de cuidado aliançada à luta antirracista. Ou seja, queremos problematizar o quanto os espaços de cuidado, de escuta e de acolhimento no ambiente universitário podem ser expressões de um ideal de apaziguamento que sustenta a manutenção do que Robin DiAngelo (2018) chamou de fragilidade branca, ou seja, a incapacidade/pouca tolerância das pessoas brancas em suportar o mínimo de estresse racial. Hooks (2019) afirma ainda que as pessoas brancas, quando expostas ao estresse racial, rapidamente produzem formas de apaziguar o conflito, sempre retornando ao estado de controle das relações (ou seja, ao estado em que possa dominar as relações raciais).

Retomando o que nos ensinam Maria Aparecida Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2010), a branquitude é muito mais do que sinônimo de pessoas, pois trata-se de um lugar de superioridade (e de conseqüente produção de inferioridade) de onde pessoas brancas passam a olhar a si e aos demais. Um lugar a partir do qual é autorizado às pessoas brancas projetarem em outros grupos raciais produzidos como inferiores na relação com a branquitude (principalmente pessoas negras e indígenas) todas as características ruins que não conseguem suportar enxergar em si mesmas. Lourenço Cardoso (2014) sustenta a ideia de que a branquitude pode se dividir entre acrítica e crítica. No artigo A branquitude acrítica revisitada e a branquitude (2014), o autor aponta que a branquitude crítica, mesmo quando desaprova o



racismo publicamente, pode pactuar com o racismo em suas relações mais íntimas (entre brancos), desta forma, um comportamento frequente é que “em público se diz antirracista, em privado ou com os seus em segredo revela-se como racista” (CARDOSO, 2014, p. 92). Desta forma, as discussões propostas pelo autor dialogam com o conceito de pacto narcísico da branquitude. De acordo com Bento (2002) e com a afirmação de bell hooks (2019), mais do que pensarmos sobre racismo, precisamos colocar em análise a supremacia branca.

Ao partirmos desta análise crítica da branquitude enquanto sistema de opressão e concessão de privilégios (PIEIDADE, 2017), compomos essa escrita trazendo também nossas experiências como elementos à produção de conhecimento, ou seja, partimos de como nossos corpos vivem as dimensões da branquitude e do racismo estrutural para discutir como os mesmos produzem e perpetuam dores e violências. Bell hooks (2019) afirma que pessoas negras de diferentes locais do mundo compartilham a dor da opressão e da exploração da supremacia branca, bem como a dor que vem da resistência e da luta ao enfrentamento desse sistema de opressão. A autora afirma que a primeira dor fere, enquanto a segunda ajuda a curar feridas.

Nesse sentido, é fundamental nos voltarmos para a afirmação de Sueli Carneiro (2011) quando nos convoca a entender que o ideal de superioridade da branquitude precisa ser matéria de ação da psicologia, pois trata-se de um sintoma que precisa ser curado caso queiramos romper de fato com o racismo estrutural e com os pactos da branquitude. Da mesma forma, compreender a dimensão do ideal da supremacia branca precisa compor a lente que apreende as experiências e a existência cotidiana das pessoas para o campo do serviço social e da psicologia e diferentes campos de formação e produção de conhecimento, principalmente no que se refere às ciências humanas, sociais e da saúde. Não é possível para qualquer profissão que se compromete com o cuidado, a escuta, o ensino e o acolhimento das pessoas em diferentes políticas públicas ter um exercício profissional que desconsidere os sistemas de opressão e a forma como condicionam as relações sociais, pois isso implica na manutenção de políticas de dominação (hooks, 2019). Portanto, acionamos nossas áreas de conhecimento (Serviço Social e Psicologia), para com elas dialogar, expondo assim nossos enfrentamentos, práticas cotidianas e nossas análises sobre as práticas de cuidado que apaziguam ao invés de permitir que os conflitos sejam sentidos e vividos.

É desde o corpo, desde o chão que pisamos que os convidamos para que adentrem nosso ensaio; um texto produzido a partir de nossas vivências do cotidiano acadêmico que passam pela formação e pelo trabalho no universo acadêmico. Como estudantes, professoras e trabalhadoras, contamos de nossos encontros com a universidade; as linhas que traçamos são acompanhadas de seres brasileiros, de mulheres negras nascidas no Sul global (lembre-se que este, mais do que uma posição geográfica, diz de uma posicionalidade existencial), bem como a partir de uma mulher branca nascida na classe pobre e que ascendeu socialmente com o advento de políticas públicas, ou seja, este texto se compõe daquilo que sentimos em nossas peles e entranhas.

Para tanto, ao acionarmos trechos de experiências e histórias que nos foram narradas, dialogamos com a ideia de superação da supremacia branca (hooks, 2019), pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002) e branquitude crítica (CARDOSO, 2010; 2014). Desta forma, produzimos dois pequenos ensaios analisadores: no primeiro dialogamos sobre o pacto narcísico da branquitude e as políticas de apaziguamento, narrando como as políticas do cuidado podem ser performadas como práticas de apaziguamento para que os conflitos raciais não sejam vividos e sustentados. No segundo, colocamos em análise a supremacia branca e a necessidade de trabalharmos para a superação deste sistema de dominação que povoou e povoa o mundo desde os exercícios colonialistas. Com essa discussão articulamos o conceito de amor de bell hooks para fazer falar nossas experiências no “Coletivo bell hooks: psicologia e políticas de cuidado”.

1. **Pacto narcísico da branquitude: políticas do apaziguamento**⁴

O ano era 1911 e o Brasil envia um representante para o I Congresso Universal das Raças, organizado em Londres. João Lacerda Baptista (então Diretor do Museu Nacional), patrocinado pelo governo brasileiro, defendeu neste mesmo congresso um plano de

⁴ As políticas de apaziguamento ficaram famosas no período entre guerras mundiais, quando países como França e Inglaterra cederam às exigências da Alemanha de Hitler para evitar entrar em guerra com o país. Desta forma, as políticas de apaziguamento podem ser consideradas como uma manobra estratégica originada por uma atitude pragmática de evitação de conflitos armados entre Estados-nação, na qual um país aceita as condições impostas por outro com a intenção de evitar a guerra.



erradicação total da população negra do Brasil previsto para atingir plenamente seu objetivo em um período de cem anos. Ou seja, a proposta era de que no ano de 2012 o Brasil se transformasse em um país branco. O que estava em jogo era uma ideia de nação afinada a um projeto de mundo moderno-colonial cuja construção do que se considera verdadeiramente humano está assentada nos valores civilizatórios europeus. Assim, tudo aquilo que não condiz com esses parâmetros civilizatórios – centrados na produção da supremacia branca, do patriarcado e do capitalismo – precisaria ser eliminado. Este ideário de nação planejada e sustentada pela eugenia foi posta em curso lançando mão de diferentes estratégias; uma delas são as maquinarias do cuidado que se sustentam por práticas de apaziguamento de conflitos e produção da mestiçagem como política de controle e extermínio de populações. Lógicas que mostram como as estruturas no Brasil são racistas e genocidas e que constituíram o alicerce para a construção e circulação do mito da democracia racial como grande estratégia, tanto em direção ao branqueamento da população, como de apaziguamento dos conflitos raciais brasileiros. O mito de que o povo brasileiro é cordial vem dando passagem a uma série de violências forjadas no seio da supremacia branca.

Olhar para estas duas evidências (o mito da democracia racial e o genocídio da população negra) de nossa história recente nos ajuda a perceber que apaziguar é prática recorrente no projeto colonial que por aqui foi instituído desde que os portugueses aportaram por estas terras. A universidade ocidentalizada, como parte de um projeto-moderno colonial (GROSGOUEL, 2016), reproduz estes mesmos ideais e segue pactuada com políticas apaziguadoras que têm como intenção silenciar principalmente os conflitos raciais e as estratégias de enfrentamento dos mesmos, pois “[...] sem a globalização da universidade ocidentalizada, seria muito difícil para o sistema-mundo reproduzir suas múltiplas hierarquias de dominação e exploração global” (idem, 2012, p. 339).

Para seguirmos tecendo uma compreensão dessas lógicas, convidamos para esta conversa a intelectual Maria Aparecida Bento, que desenvolveu sua tese interessada em entender a branquitude nas organizações. Ela cunhou um conceito fundamental para entender como as organizações se sustentam: o pacto narcísico da branquitude (2002), uma espécie de mecanismo de projeção coletiva pelo qual pessoas brancas se protegem e alimentam um ideal de superioridade racial. Quem nunca viu uma pesquisadora branca que domina todas as

discussões sobre relações raciais em uma universidade? Ou aquele aluno branco que cita autoras negras como se fosse a autoridade máxima sobre o assunto? Qual aluna/o, professora/or ou trabalhadora/or negra/o na universidade ainda não passou por uma situação na qual, ao afirmar ter sofrido racismo, tenha sido totalmente desacreditada/o por pessoas brancas?

Os sistemas de dominação em curso em nossa sociedade são estruturantes das relações que pessoas brancas têm internalizado, portanto, dos valores e atitudes da supremacia branca (hooks, 2019). Desta forma, as pessoas brancas, dentro de seus campos de atuação, precisam analisar constantemente se não estão reproduzindo valores supremacistas brancos. Sabemos que este texto, para muitas pessoas brancas, soará como uma conversa exagerada, como algo com o qual não se identificam, configurando um comportamento perigoso para si mesmas e para as pessoas negras e indígenas à sua volta. Se pessoas brancas querem ser aliadas de fato na luta antirracista, a primeira atitude que precisam sustentar é enfrentar constantemente a/o opressora/os em potencial dentro de si. Uma ação avaliada por bell hooks (2019) como essencial para o fim dos exercícios de dominação, já que a autora afirma que em algum lugar do mundo, no exato momento em que ela escreve, a/o opressora/or e a vítima poderão ter o mesmo gênero, raça, classe, sexualidade. Ela cita como exemplo os feminismos brancos que mesmo afirmando o interesse no diálogo com as mulheres negras, na grande parte do tempo, estabelece com as mesmas uma relação de servidão; uma relação que reproduz violências coloniais e sustenta posicionalidades dos corpos (hooks, 2019).

Na universidade (assim como em outros espaços da vida) é costumeiro que pessoas brancas quando interrogadas e interpeladas por pessoas negras, reajam muito mal. Um movimento comum nesses processos, é o ato da pessoa branca recorrer a outra pessoa como ela (ou seja, também branca) para confirmar uma ideia/questão/interrogação colocada por uma pessoa negra, mas que, nesse caso, diferente desta, terá seu discurso legitimado por ser uma pessoa branca. Uma lógica de apaziguamento, silenciamento e opressão que muitas vezes não é percebida pela branquitude como problemática. Quantas mulheres negras têm suas falas reproduzidas por homens brancos e mulheres brancas, sem serem mencionadas, o que acaba lhes possibilitando se manter com o crédito pela ideia e pelo protagonismo? O roubo do



protagonismo e de ideias acaba por ser uma prática de apaziguamento de sucesso, pois emudece pessoas, sustentando a possibilidade de escuta apenas para algumas – e são os corpos das mulheres negras os que historicamente têm sido sistematicamente silenciados. Portanto, se desejamos apostar na transformação social, é imperativo, como bell hooks (2019) nos convoca, que possamos analisar e compreender a inter-relação dos sistemas de dominação, pois sexismo, racismo, opressões de classe, capacitismo (entre outros), operam em conexão (re)produzindo relações hierárquicas que violentam nossos corpos.

Sustentar os conflitos raciais (CARDOSO, 2010), expor nossas diferenças (hooks, 2019) e responder de forma responsável à diversidade do mundo (SIMAS; RUFINO, 2020) são ações que precisam sustentar nossas práticas no mundo (e aqui, ressaltamos, no acadêmico). Imaginem a cena: em uma universidade (em nosso país), as/os alunas/os se reúnem em assembleias e uma das proposições, principalmente advindas das/dos estudantes negras/os, é justamente a leitura do texto de Maria Aparecida Bento (2002) sobre branquitude e branqueamento no Brasil, de forma a tencionar o privilégio branco no ambiente das relações acadêmicas – seja no cotidiano das salas de aula, seja corroborando o privilégio epistêmico encarnado nos currículos. Uma pactuação aceita, mas que em pouco tempo já não se sustentou nas diversas disciplinas que compõem o currículo, ficando como um tema específico, em meio a outros, relegado a uma aula onde a afirmação de que pensar a branquitude é importante, mas se mantém distante de práticas efetivas que promovam o deslocamento dos privilégios e violências raciais. O que se percebe, então, é o uso da branquitude e da ideia de racismo estrutural para apaziguar conflitos, não para transformar as relações.

Se um professor branco é racista com um estudante em sala de aula, a situação é apaziguada quando o mesmo é defendido por se tratar de uma pessoa mais velha. Se uma professora é racista em seu grupo de pesquisa, o apaziguamento da violência racial passa pela justificativa do racismo estrutural, pois, como dizem as pessoas brancas, se ele é estrutural não se deve responsabilizar individualmente as pessoas por seus atos. Em um mesmo cenário, vemos uma professora negra receber como sugestão (por parte de uma colega branca), a possibilidade de tomar medicação psiquiátrica, já que tem falado com uma “certa raiva” sobre temas como racismo e raça. Perceber a contradição destas práticas é um dos passos importantes na luta antirracista. A mesma pessoa branca que finge não ver o racismo de seu

professor, que se regozija de afirmar que se descobriu branca com uma idade mais avançada e que repete a frase “não basta ser contra o racismo, precisamos ser antirracistas”, é a mesma que vai dar a entender que o problema do racismo são as pessoas negras, que vai apontar a raiva da mulher negra quando a mesma denuncia situações de racismo, ou ainda, que vai “escutar” estudantes negras/os afirmando que suas queixas dizem de processos históricos de assédio moral, de violência, desconsiderando e desencorajando denúncias de racismo no contexto acadêmico.

O apaziguamento, desta forma, é um sustentáculo do conforto racial (DIANGELO, 2018), operado via expressão do pacto narcísico da branquitude. Quantas mobilizações por situações de racismo em algum ambiente acadêmico que você frequenta, você já acompanhou e apoiou? Sem querer hierarquizar processos de dominação, entendemos que a centralidade da raça é um constructo estrutural em nosso país. Um estudante branco gay e um estudante negro gay, muito provavelmente terão tratamentos diferenciados frente a denúncias de homofobia. Enfrentar as diferentes violências sobre nossos corpos sem considerar a dimensão racial é apaziguar um conflito inscrito em nossa sociedade e nossas subjetividades desde que portugueses, em seu afã colonizador, por aqui aportaram.

Apaziguar, assim, é não responder de forma responsável à diversidade do mundo, o que Simas e Rufino (2020) afirmam ser prática recorrente mesmo nas tradições discursivas mais progressistas. A Psicologia e o Serviço Social (nossas áreas de formação e atuação) são exemplos disso, pois mesmo com o avanço nas discussões raciais dentro destes campos, ainda, estruturalmente, não conseguem analisar as pactuações com a supremacia branca que reproduzem. Nesse sentido, “[a] supremacia branca continua moldando as perspectivas sobre a realidade e configurando a posição social de pessoas negras e de todas as pessoas não brancas” (hooks, 2019, p. 235). Reconhecer essa verdade, afirma a autora, é particularmente difícil para as pessoas progressistas que, na linguagem, se afirmam contra os sistemas de dominação. O que autoras/es como bell hooks, Lourenço Cardoso e Maria Aparecida Bento parecem indagar às pessoas brancas é sobre o quanto elas são ou não são confiáveis na luta antirracista.



Desta forma, ao demonstrar ainda operamos muito mais por práticas de apaziguamento do que de acolhimento de fato, convidamos você que nos lê ao exercício de analisar o quanto reproduzimos os valores e atitudes de um cenário racista e sexista no qual fomos socializadas/os e o quanto estamos de fato repensando nossas ações na vida (que incluem ações de pesquisa, ensino e extensão, pois essas não são ações separadas da vida) e nas relações estabelecidas cotidianamente.

Como muitas pessoas negras radicais que trabalham no ambiente universitário, muitas vezes me sinto bastante isolada. Muitas vezes trabalhamos em ambientes ocupados predominantemente por pessoas brancas que não estão comprometidas em trabalhar para acabar com a supremacia branca (hooks, 2019, p. 241).

Concordamos com a autora, quando ela afirma: “falar sobre o racismo é mais fácil do que confrontar a profundidade da supremacia branca” (2019, p. 241). Quanto à proposição do que fazer para o enfrentamento à supremacia branca, precisamos entender que o trabalho é coletivo, responsabilidade de muitas pessoas, portanto, não pode estar centrado apenas no movimento das pessoas negras. As relações raciais envolvem pessoas brancas e negras; e as pessoas brancas precisam entender sua parcela de responsabilidade nesse processo e atuar para que possam ser consideradas como verdadeiramente aliadas.

A violência do pacto narcísico da branquitude é que ele, na maioria das vezes, opera de forma a dar vazão a conteúdos inconscientes que não são necessariamente reconhecidos pelas pessoas brancas como violência racial (o que não significa que não sejam violência e racismo). O que desejamos evidenciar aqui, é que falamos de um evento complexo, que se beneficia da intimidade para operar e sustentar relações de dominação. Quantas pessoas negras já não passaram pela situação de ter uma fala ou produção sua desqualificada, recebendo como justificativa das pessoas brancas que aquilo que acontecia era um ato de cuidado ou apenas uma ação necessária ao trabalho.

O silenciamento de pessoas negras na universidade opera por mecanismos sofisticados que confundem intimidade e cuidado com dominação e violência. Um corpo negro, em uma sociedade estruturada pelo racismo, só é bem-vindo quando se posiciona de modo a referendar o que os corpos brancos julgam como importante e necessário; um corpo negro, quando ergue a voz e se coloca contrário aos instituídos, passa a ser alvo de atenção de tal

forma que o silenciamento passa a ser estratégia de sobrevivência. Se recorrermos ao uso desses exemplos genéricos é como forma de proteção, pois vivenciamos em nossos corpos o tema que nos pomos a pensar neste ensaio e, desta forma, falar é um ato de coragem, mas também de risco.

2. Superar a supremacia branca: a aposta em uma política do amor para a universidade

Quando liberais brancos falham em compreender como podem incorporar e/ou incorporar valores e crenças da supremacia branca, embora não adotem o racismo como preconceito ou dominação, não conseguem reconhecer o modo pelo qual suas ações apoiam e afirmam a própria estrutura de dominação e opressão que declaram desejar ver erradicar (hooks, 2019, p. 232).

Para nomear este subtítulo, nos inspiramos em bell hooks, pois a autora em um ensaio intitulado Superando a supremacia branca: um comentário (2019) nos faz pensar sobre como é insuficiente falarmos apenas em racismo, pois há um sistema de dominação que sustenta a opressão racial que precisa ser narrado, nomeado e enfrentado. Desta forma, quando escolhe nomear a supremacia branca, a autora nos mostra que precisamos de um mergulho muito mais profundo para que práticas antirracistas sejam possíveis. O antirracismo (principalmente de pessoas brancas) carece desta profundidade que bell hooks (2019) nos fala, o que se configura como um grande problema à construção de novos modelos de mudança social.

Somos socializadas a partir da supremacia branca, algo que subjetiva pessoas brancas e negras. As primeiras se beneficiam de privilégios e do sentimento de superioridade que fomenta o ideal de ego branco, já as pessoas negras sofrem com as consequências de uma violência que se pauta pelo genocídio de suas ideias, atitudes, modos de viver e corpos. Intelectuais como bell hooks ensinam que para que possamos analisar ambientes como o acadêmico e propor outras práticas de relação (que não sejam a imitação do que aprendemos com os colonizadores), é preciso apostar em uma politização do eu “focada em fazer compreender as maneiras pelas quais sexo, raça e classe, juntos, determinam nosso destino individual e experiência coletiva” (2019, p. 66-67). Assim, a autora nos desafia a nos engajarmos em um constante autoexame crítico sobre como vivemos e nos relacionamos.



O que eu faço? É a pergunta que pessoas brancas costumam se fazer, à espera de que pessoas negras lhe ofereçam essa resposta. Uma espécie de reafirmação de servidão que foi perpetuada como uma das formas como as relações raciais podem existir. Robin DiAngelo na introdução do livro *Eu e a supremacia branca*, de Layla Saad (2020), afirma que quando escuta essa questão tem vontade de contra-argumentar com a seguinte interrogação: como você não sabe? Mostrando que a responsabilidade individual por buscar conhecimentos, analisar seus comportamentos não pode prescindir de pessoas negras. Gloria Anzaldúa (2019) afirma que as mulheres negras e de cor não devem cansar e gastar suas energias na educação de mulheres brancas. A exaustão que leva a vivência das muitas expressões do racismo não deve ser reforçada com a ideia de que as relações raciais e o racismo são responsabilidades de pessoas negras.

Portanto, não há combate ao racismo possível que não seja a partir da discussão da racialização enquanto um processo que atinge pessoas negras e brancas. Se discute a escravidão, se estuda a escravidão nas escolas, mas se fala apenas da condição de negras/os. Como bem aponta Maria Aparecida Bento (2002), é como se os brancos não estivessem presentes, um legado que o país segue não querendo discutir. Para a autora, “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa” (2002, p. 28). Se há desigualdades há privilégios. Ou seja:

Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não se reconhecer como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade (BENTO, 2002, p. 28).

Como destacamos mais acima, a autora defende que os brancos estabeleceram um “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002) – o que explicaria, por exemplo, a produção de saber nas universidades, com pouca ou nenhuma permeabilidade de autorias negras, indígenas, africanas, asiáticas, ou seja, não brancas, mesmo o Brasil sendo um país majoritariamente não branco. O reconhecimento, a aceitação e a validação da produção de conhecimento só ocorreriam em relação a uma pessoa lida como igual. Ainda que não fosse um processo racionalizado, se efetivaria pela dimensão racializada a que fomos

subjetivadas/os. A nível inconsciente, o reconhecimento da intelectualidade, da genialidade ou, ainda, de uma cognição compatível, passaria pela validação racial, o que ocorreria a nível cultural de uma produção coletiva de inconsciente; “[e]m outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer” (KILOMBA, 2019, p. 38).

Discursos antirracistas sem práticas que incidam na transformação das relações cotidianas funcionam para a manutenção da supremacia branca. Situações assim ocorrem quando pessoas brancas se colocam como salvadoras de negras/os, quando afirmam reconhecer o racismo estrutural, mas, ao falar sobre isso, não questionam a estrutura da qual se privilegiam; ou quando acreditam que devem se eximir da discussão por não estarem em seu lugar de fala, empurrando a responsabilidade para falar sobre para as pessoas negras. Em ambas situações não há antirracismo, pois não é possível insurgir contra as opressões retirando-se de si. Em uma sociedade capitalista racializada, a luta antirracista implica necessariamente em se reconhecer como sujeito racializado e investigar as manifestações deste processo em suas práticas e interações raciais.

As pessoas brancas na universidade precisam, desta forma, assumir suas posicionalidades, mergulhar fundo na análise de suas práticas e, com isso, perceber que suportar o conflito racial é peça fundamental no que bell hooks (2019) propõe quando afirma a possibilidade de superação da supremacia branca. A autora nos lembra que devemos entender a natureza da supremacia branca e perceber que acabar com a mesma é uma luta para mudar todo um sistema de crenças, valores e atitudes que pautam um certo modo de estar no mundo que é branco, patriarcal e capitalista. Nossas lutas pela transformação social devem, assim, possibilitar mudanças de projetos de mundo. Nesse sentido, uma sociedade pautada por uma ética amorosa (HOOKS, 2021), se desenha como possibilidade de um outro mundo possível, construído por relações de comprometimento, de cuidado, afeto e de enfrentamento a todo e qualquer sistema de dominação.

Lourenço Cardoso (2014), quando analisa a branquitude crítica na universidade, nos auxilia a perceber as armadilhas que esta pode produzir para si mesma e para as pessoas



negras/índigenas. O autor aponta como o pacto entre pessoas brancas se estabelece e o quanto o mesmo se sustenta de violência, silenciamentos e apaziguamentos, alertando que

A academia, a sociedade, de forma geral, necessitam compreender com maior propriedade as pessoas e grupos que justificam e defendem a tese de ódio ao Outro. Eles que se consideram no direito de agredir, de matar, o não-branco simplesmente porque são brancos. A produção teórica referente à branquitude no Brasil compete não se omitir em relação à branquitude acrítica. Afinal, eles são no mínimo uma ameaça à possibilidade de convívio social entre os diferentes grupos que pertencem à sociedade (CARDOSO, 2014, p. 98).

O autor destaca também a importância de entendermos as nuances entre o que ele define como branquitude crítica (que recrimina o racismo publicamente) e acrítica (que não recrimina o racismo publicamente, e expressa o ódio aos outros de forma explícita). Entendemos que se atentar para essas nuances é fundamental para analisarmos quem pode ser confiável e aliado à luta antirracista e quem segue reproduzindo em suas práticas os valores da branquitude, que não consegue colocar a supremacia branca em questão.

Lourenço Cardoso (2014), revisando a categoria de branquitude crítica, afirma que mesmo recriminando o racismo em suas relações públicas, a pessoa branca pode seguir reproduzindo atitudes e valores que segregam e que sustentam relações raciais hierarquizadas. Um exemplo prático possível, e recorrente no cenário universitário, é aquela/e professora/or que publicamente se diz antirracista, que condena atos racistas, mas que em seleções de bolsas de iniciação científica e vagas de orientação de mestrado e doutorado não seleciona orientandas/os nem bolsistas negras/os; ou, quando o faz, é para afirmar ser antirracista, mas sem modificar suas ações cotidianas pactuadas com a supremacia branca. Em atividade de formação recente, duas das autoras deste ensaio, falando sobre racismo e branquitude nas políticas públicas, ouviram de uma das participantes que ela estava incomodada com as falas proferidas, pois inclusive ela tinha uma estagiária negra – como se selecionar uma estudante negra funcionasse como uma espécie de passaporte para que ela não fosse tida como racista ou privilegiada pelo sistema supremacista branco que alça a branquitude a um lugar de superioridade.

Buscando partilhar ações de enfrentamento às violências raciais que o pacto narcísico da branquitude sustenta, gostaríamos de narrar uma experiência de trabalho que nós – as três

autoras desse texto – dividimos desde o ano de 2020: o Coletivo bell hooks: psicologia e política do cuidado, um programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) coordenado pelas autoras deste artigo, assume como premissa e princípio ser um espaço de cuidado, escuta e acolhimento, inspirado pelos ensinamentos de bell hooks. Nosso Coletivo tem como objetivo ofertar espaços de aprendizagem pautados na ética feminista e antirracista, que se constituam como práticas de cuidado. Isso significa nos colocarmos contrárias e no enfrentamento às práticas de cuidado que apaziguem, como aquelas frequentemente oferecidas pela branquitude hegemônica universitária. Nesse sentido, nos espaços coletivos que oferecemos como atividades de extensão para a comunidade acadêmica e externa à universidade, nos pautamos pela prática de acolhimento, e da não aceitação de discursos de ódio e reproduções do pacto narcísico da branquitude. Desta forma, toda forma de deslegitimar a narrativa de mulheres e homens negras/os não são acolhidas. Ofertar espaços coletivos, protetivos, de um cuidado autotransformador é parte de um processo que nos exige um exame político de como nos relacionamos conosco e com as outras pessoas. Assim, compreendemos com bell hooks que ao trabalharmos “juntos[as] para identificar e enfrentar nossas diferenças – enfrentar as maneiras como dominamos e somos dominadas – e transformar nossas ações, precisamos de uma força de mediação que nos apoie para que não quebrems no processo, para que não desesperemos” (2019, p. 69).

O amor como verbo, como ação no mundo, é gesto político que bell hooks aponta como a alternativa para que possamos emergir de um mergulho em nossas diferenças e nos processos de desaprendizagem necessários para que não reproduzamos as estratégias de dominação da supremacia branca. Quando nos movemos contra a dominação, contra a desumanização, nos movemos em prol de uma cultura do amor, na qual o crescimento espiritual das/os envolvidas/os é parte principal do processo de celebrar a vida (hooks, 2019; 2021).

Desse modo, o Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado vêm desenvolvendo ações de leituras-encontros nas quais estudamos e vivenciamos os textos de bell hooks, convidando aquelas/es que desejam estar conosco à partilha de suas histórias. Em uma primeira ação, voltada para alunas da universidade na qual estamos inseridas, as leituras-



encontros nos permitiram adentrar nos ensinamentos de bell hooks sobre erguer a voz. Na segunda ação de extensão ofertada pelo Coletivo, nosso foco foi o tema do amor e o público convidado foram trabalhadoras das políticas públicas da educação, saúde e assistência social. Em nossa terceira ação, iniciada no ano de 2021, lançamos como proposição aprender a transgredir na universidade (uma inspiração a partir do livro Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade de bell hooks), focando em textos da autora que nos auxiliam a entender como (re)existir no ambiente acadêmico.

Apontamentos para uma luta antirracista: considerações finais

O racismo estrutura nossos afetos e nossas percepções sobre nós mesmas/os, negras/os e brancas/os, já que todas/os somos socializadas/os em uma sociedade assentada sobre o racismo. Poder pensar sobre sua existência, traduzir a mesma em textos, teses e dissertações é algo que é possível na universidade, mas são ações que mostram como os privilégios raciais sustentam certas práticas de produção de conhecimento, já que são práticas de escrita que terão receptividades diversas de acordo com a racialização da/do autora/or em questão. Falamos sobre isso, pois o modo como o saber acadêmico é constituído transborda a universidade e reflete na vida de pessoas que não necessariamente se relacionam com a academia.

Notamos que ao finalizar esta escrita não conseguimos acionar as experiências que desejávamos, pois a branquitude na academia produz uma espécie de medo que faz com que a escrita se paralise e que optemos pelos exemplos de histórias mais genéricas. Um risco de ter elas questionadas, mas que protegem os corpos que se põem no processo de escrever este artigo. Falar desde a nossa carne é uma atividade de risco, quando práticas racistas e sexistas de silenciamento ainda são vigentes. Mulheres negras quando se posicionam criticamente correm o risco de ter sua fala desacreditada por pessoas brancas, já que colocam em risco o conforto racial, e pessoas brancas quando publicamente se mostram aliança possível para pessoas negras contra o pacto narcísico da branquitude, são excluídas da aliança que sustenta tal pacto. Assim, optamos por misturar nossas histórias com histórias de outras pessoas, com

exemplos que falam de um comum: vivemos um país racista que não consegue agir para erradicar a supremacia branca de sua estruturação.

Nesses cenários, há sempre uma escolha a ser feita que passa pelo posicionamento que agirá pela manutenção de opressões ou pela radicalidade de romper com estas. O primeiro parece estar dado, naturalizado nas ações cotidianas, quando essas não são movimentadas pelo exercício do pensamento crítico, pela conscientização sobre as políticas de dominação que governam nosso mundo (hooks, 2019). O segundo requer uma vigilância constante, um caminho que passa pelo contínuo exercício de compreensão sobre as estratégias de funcionamento dos sistemas de opressão e as implicações de nossas práticas com sua manutenção; envolve, portanto, a incorporação de um exame de nossas ações como exercício sistemático e a necessidade de que pessoas brancas ofereçam efetivamente uma escuta ativa às pessoas negras e indígenas e aceitem que se reposicionar constantemente é um imperativo que precisa seguir ao longo de suas vidas.

Constantemente, presenciamos pessoas brancas utilizarem o não saber sobre a temática racial como escudo para não se posicionar. Quando olhamos fotos de celebração de universidades (em diferentes datas comemorativas), continuamos a nos deparar com departamentos, unidades e grupos de pesquisa quase exclusivamente brancos. Um registro fotográfico de um pacto narcísico da branquitude que celebra suas conquistas, ao mesmo tempo em que escancara a ausência de pessoas negras. Com isso nos questionamos: como pessoas brancas conseguem se afirmar antirracistas e não sentirem o incômodo destas persistentes cenas coloniais escancaradas nas relações cotidianas e em fotografias que representam a brancura de instituições brasileiras de ensino? O antirracismo, desta forma, mais do que uma palavra de efeito, mais do que um gesto de linguagem, precisa ser ato, assim como bell hooks (2021) narra o que é o amor. Então, nosso convite é para que ao final dessa leitura as pessoas brancas repensem suas ações e como se encontram pactuadas com práticas que elas mesmas rechaçam em seus textos e na linguagem oral.



Referências

- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: PIZZA, Edith et al. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, 5-58.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 88-106, 2014.
- DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018.
- DIANGELO, Robin. Introdução. In: SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca: como reconhecer privilégio, combater racismo e mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020. p. 11 - p. 13.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- PIEPADE, Vilma. **Dororidade**. Rio de Janeiro: Editora Nós, 2017.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luis. **Encantamento** (sobre política de vida). Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. E-book. Disponível em: <<https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 31 de outubro de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 10 de novembro de 2021.